



PERSPECTIVA DE GÊNERO EM DEBATE: SUBJETIVIDADES DE UM JORNALISMO LOCALIZADO

GENDER PERSPECTIVE IN DEBATE: SUBJECTIVITIES OF LOCATED JOURNALISM

*Katarini Miguel*¹

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - MS

*Ana Laura Menegat de Azevedo*²

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - MS

Resumo

A presente escrita é fruto da pesquisa de Iniciação Científica, realizada entre os anos de 2020 e 2021, intitulada “Mapeamento de narrativas feministas em rede”. Este artigo traz um debate sobre a perspectiva de gênero nas coberturas jornalísticas, objetivando compreender e aplicar a ideia da objetividade feminista e a identificação e análise de iniciativas nativas-digitais como lugares de experiências midiativistas. A discussão foi embasada em escritos sobre gênero de Joan Scott (2019), de midiativismos e feminismos de Letícia Santos (2020), de conhecimentos localizados de Donna Haraway (2019), jornalismo com perspectiva de gênero de Jessica Gustafson (2019), entre outras. Este trabalho apresenta um mapeamento inicial dos espaços midiáticos que atuam na interface de jornalismo e gênero, totalizando 22 portais no Brasil e apenas quatro no Mato Grosso do Sul, estado foco da pesquisa. Apesar da ascensão das pautas feministas, grande parte das iniciativas atua em sistema de colaboração e tem dificuldade para se manter em atividade.

Palavras-chave: jornalismo com perspectiva de gênero; saberes localizados; midiativismo; feminismo; subjetividades.

Abstract

The present paper results of the Scientific Initiation research in progress titled “Mapping of feminist narratives in a network”, that brings a debate about the gender perspective in journalistic coverage, the idea of feminist objectivity and native-digital initiatives as places of media activist experiences. The discussion is based in the gender studies of Joan Scott (2019), media activism and feminism of Letícia Santos (2020), localizes knowledge of Donna Haraway (2019), journalism with gender perspective of Jessica Gustafson (2019), and others. This work presents an initial mapping of the media spaces that work at the interface between journalism and genre is also presented, totaling 22 websites in Brazil, and only four in Mato Grosso do Sul, state focus in the research. Despite the rise of feminist agendas, most of the initiatives work in a collaborative system and find it difficult to remain active.

¹ Docente do curso de Jornalismo e Mestrado em Comunicação Social da Universidade de Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora das relações entre mídia, tecnologias da informação e comunicação, movimentos socioambientais e feministas em rede. E-mail: katarini.miguel@ufms.br.

² Estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Diretora de Comunicação e Marketing da Empresa Júnior de Comunicação (EBRAVA) em 2020 e 2021. E-mail: analauramazvd@gmail.com.



Keywords: Journalism with a gender perspective. Localized knowledge media activism. Feminism. Subjectivities.

INTRODUÇÃO

Gênero, palavra curta e muitas vezes confundida ou igualada a sexo, ignorando as complexidades sociais que interferem na formação de uma identidade. Conforme Joan Scott (2019), gênero é categoria primeira de análise histórica, de forma que os corpos estão inseridos em contextos sociais, geográficos e temporais, que pautam as decisões e as subjetividades.

Ana Maria Colling (2014, p. 28) defende que:

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina.

Essas identidades se configuram em conhecimentos localizados (HARAWAY, 2019), de forma que tudo que se aprende e é pensado parte de um local e contexto específico. Eu, enquanto mulher branca sul-mato-grossense bissexual feminista jornalista, sem vírgulas e sem pontos, parto de quem sou. Assim como um homem negro nordestino hetero parte de quem ele é. Não tem como falar de um lugar que não ocupamos, mas podemos adotar e construir uma visão e um pensamento críticos que reflitam sobre a luta e a dor do outro. Donna Haraway (2019) defende essa mesma perspectiva ao afirmar que todos os conhecimentos são situados, o que faz com que eles sejam sempre parciais.

É nesse exercício constante de autoanálise que a subjetividade jornalística é elaborada, ou deveria se elaborar. Para que ela não seja devorada pela objetividade é preciso buscar outros caminhos, e uma das narrativas possíveis é pautada no jornalismo com perspectiva de gênero, que questiona a norma hegemônica de assimetrias sociais, compreendendo as implicações do feminismo na prática jornalística e problematizando os preceitos jornalísticos (GUSTAFSON, 2019). Na busca por uma comunicação que não



normalize e normatize absurdos, é criada uma linha tênue entre o jornalismo e o ativismo, como explica Jéssica Gustafson (2019).

No presente artigo faço escolhas epistemológicas propositais que refletem uma epistemologia feminista, a partir da revisão literária feita. Primeiramente, me coloco em primeira pessoa, como participante da história que conto. Obviamente que para ser subjetiva não é preciso que a escrita e a comunicação como um todo partam da primeira pessoa, mas sinto aqui a necessidade de me posicionar, pois entendo que a impessoalidade causa distanciamentos que considero desnecessários para a discussão proposta. No jornalismo tradicional, a impessoalidade e a “imparcialidade” são defendidas e entendidas como o “bom jornalismo”, mas discordo. As autoras aqui referenciadas me ajudam a mostrar que a perspectiva de gênero é necessária para que o jornalismo seja de fato responsável com a sociedade.

Marcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2019) acreditam que a subjetividade pode ser uma ferramenta para a descolonização do jornalismo e que se contrapõe a lógica tradicional baseada na objetividade positivista. Elas entendem que:

As construções simbólicas operadas na racionalidade dominante dos modos de objetivação jornalística historicamente participam dos processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo (SILVA; MORAES, 2019, p. 2)

Sandra Chaher e Sonia Santoro (2007) defendem que as matérias com enfoque de gênero não tratam apenas de temas tidos como ‘tipicamente’ femininos e nem excluem os homens, mas incluem amplamente as mulheres. “O uso do gênero gramatical masculino como genérico para fazer referência tanto para homens como para mulheres exclui e faz invisível a mulher”, afirmam Sandra Chaher e Sonia Santoro (2007, p. 145).

Ressaltada a valorização do jornalismo enquanto um direito e a importância das pessoas se verem representadas na mídia e terem suas histórias contadas com respeito e ética. Para que a perspectiva de gênero possa fazer sentido, é preciso que profissionais da comunicação questionem o porquê de uma cobertura ser feita sob determinada viés e não de outro. A partir de estudos e leituras desenvolvidas na iniciação científica e também através da participação do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede” me posicionei como defensora de que o jornalismo em si



deveria ter perspectiva de gênero, mas como isso vem sendo materializado? Esta escrita pretende, além de debater este jornalismo como possibilidade de alcançar equidades, levantar iniciativas que se autodefinem nesta linha e traçar um panorama inicial do cenário em vigência, com foco regional em Mato Grosso do Sul. Elaborei uma tabela, a partir de informações do Mapa de Jornalismo Independente da Agência Pública³, e de busca nos endereços eletrônicos; levantei as informações disponíveis nos espaços e os analisei seguindo as categorias de análise ano de criação, principais pautas, autodefinição e modelo de negócios. Essas categorias foram escolhidas, pois a partir delas foi possível ter uma visão macro das iniciativas mapeadas e entender seus contextos e modos de fazer jornalismo feminista e independente. Com isso, temos um cenário preliminar que mostra potencial para aprofundamento.

GÊNERO COMO LOCALIZAÇÃO SOCIAL E POTENTE RECURSO JORNALÍSTICO

Para falar sobre gênero como localização social é preciso antes compreender como o processo de objetivação da vida e de sujeitos contribui para a reprodução de violências. Marcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2019) entendem a objetividade científica e jornalística como fruto de um processo colonizador, relacionado com a epistemologia moderno-positivista-masculinista-racista, o que faz com que essas produções de saberes partam sempre do ponto de vista dominante, assim excluindo imensas camadas da população.

Na visão das autoras, separar fatos e valores é um apagamento da função política que um saber carrega, de forma que o idealiza como neutro e coloca a razão em uma posição de verdade absoluta. Essa ideia “parte de um pressuposto de sujeito universal, parâmetro de credibilidade (tanto social quanto científica e jornalística) que orienta os valores e as formas de classificação dos sujeitos, as práticas sociais e constitui hierarquias” (SILVA; MORAES, 2019, p. 13).

³ Disponível no link: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 25 de junho de 2022.



A busca de Marcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2019) por um jornalismo não excludente encontra caminhos nos quais a subjetividade é protagonista e localizada. Esse pensamento traz um olhar não autoritário em relação às fontes e às histórias, encara a emoção como um ganho e promove o não apagamento de jornalistas do processo informativo.

Ao propor um jornalismo de subjetividade, incitamos uma subversão dos modos de objetivação jornalística, capaz de implodir principalmente o racismo/sexismo epistêmico na qual também se baseia. Nesta perspectiva, sujeito e objeto não se excluem, mas, antes de tudo, se complementam, apesar da maior legitimidade social conferida ao último (SILVA; MORAES, 2019, p. 13)

Essa subjetividade, no exercício jornalístico localizado, está no horizonte de uma prática honesta e respeitosa que pode ser denominada, conforme as autoras, de objetividade feminista. Segundo Sandra Chaher e Sonia Santoro (2007, p. 126) “o jornalismo com perspectiva de gênero se propõe a analisar a informação com que trabalhamos nos perguntando se afeta de maneira diferente mulheres e homens levando em conta a construção social sobre seus papéis”. Essa forma de narrativa, por diversos fatores, inclusive pelas facilidades tecnológicas, está presente principalmente nas mídias independentes da internet, como as revistas AzMina⁴ e LesbÔ⁵, que fazem parte do nosso mapeamento. Essas propostas nativa-digitais possuem um novo modelo de negócios e arranjo produtivo que não está pautado na publicidade como forma principal de financiamento. Além disso, se posiciona politicamente, mantendo-se na linha de defesa de ideias bem definidas. Com isso, propõe também um olhar transversal e interseccional, tendo a ideia de que “possamos observar os feitos levando em conta a sua diversidade, seja do tipo que seja” (CHAHER; SANTORO, 2007, p. 126).

Essa linha de raciocínio conversa com a defesa de Carla Akotirene (2019, p. 45) de que “o pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroboramos com as violências”. Isso se torna ainda mais passível de

⁴Veículo de jornalismo independente com perspectiva de gênero. Atua desde 2015 no site <https://azmina.com.br/> e em outras plataformas digitais como o Instagram (@revistaazmina). Acesso em 13 de junho de 2022.

⁵Revista autodefinida como “Jornalismo feminista de perspectiva lésbica, desmistificando tabus, credos e tantos que diminuem a figura da mulher”. Criada em 2020, possui uma edição impressa e atua através do Instagram (@revistalesbo). Acesso em 13 de junho de 2022.



reflexão quando o jornalismo entra em pauta, considerando que mulheres podem ser vítimas de violências, assédios, silenciamentos e apagamentos e mesmo assim reproduzirem em reportagens, notícias, ou qualquer outro formato, toda a lógica sexista de pensamento nas histórias de outras mulheres.

Carla Akotirene (2019, p. 37-38) entende que “a interseccionalidade possibilita às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem”. Essa compreensão é necessária para que o trabalho jornalístico reconheça essas influências e se torne cada vez mais inclusivo e respeitoso. Jessica Gustafson (2019, p. 80) defende:

O fato do jornalismo falar sobre gênero e sexualidades o tempo todo, em todas as épocas em todas as suas matérias, pois trata sobre sujeitos, desde sempre generificados, sexualizados e racializados, como afirma Butler. A produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens comportamentais específicas, mas quando aborda a política, a economia e a saúde, até quando escolhe quais repórteres serão designados para cada pauta e as fontes ouvidas [...]

Nessa perspectiva, Naiara de Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021, p. 113) ressaltam que a lógica da imprensa sempre foi a de que a realidade é apenas aquilo que foi noticiado:

Uma parte considerável da mídia hegemônica promove o apagamento consciente de lideranças da esquerda, insurgentes, pessoas negras, mulheres e demais minorias *incômodas* ao poder hegemônico. É a concretização da percepção popular de que essas pessoas não têm relevância social. A desculpa para o não registro é justamente a não relevância social, negando-lhes o direito à memória. Não tendo relevância social, não são notícias e não sendo notícias não têm relevância social, *ad infinitum*.

Pensar um jornalismo localizado (HARAWAY, 2019) possibilita que a objetividade jornalística não seja a única opção plausível para que os fatos e acontecimentos sejam retratados de maneira fiel. Assumir um ponto de vista sobre as coisas (CHAHER; SANTORO, 2007) é abrir espaço para reflexões não pautadas nas mídias tradicionais e foge da camuflagem da manutenção de desigualdades sociais e de discursos hegemônicos em nome da objetividade e imparcialidade jornalística. Pensando nisso, Jessica Gustafson (2019, p. 114) conceitua:

Não se nega a importância da objetividade no jornalismo, pois, utilizando a metáfora de Haraway, “é preciso enxergar bem”. O que a ideia de neutralidade, universalidade, imparcialidade e objetividade descorporificada ofereceram



foram imagens turvas, camufladas e distorcidas, carregadas de preconceitos e estereótipos sobre a sociedade e os sujeitos, influenciando o conhecimento que o jornalismo produz.

A autora acredita que é possível trabalhar a partir das lentes da objetividade, de forma que elas não excluam perspectivas locais e parciais, as quais podem oferecer contextualização e densidade para as informações. “Alicerçando a racionalidade moderna, considera-se que o conhecimento produzido pelo jornalismo hegemonicamente é o que Santos chama de conhecimento mínimo, desencantado e triste, pois fecha as portas para muitos outros saberes sobre o mundo”, defende Jessica Gustafson (2019, p. 114).

Dessa maneira, posicionar a fala é entender que por mais objetiva que a mensagem seja, ela sempre será carregada de subjetividade, pois ela parte de uma pessoa inserida em um contexto social determinado. Princípios jornalísticos tradicionais como objetividade e imparcialidade são pautados em uma lógica racionalista e positivista, pretensamente científicas. Jessica Gustafson (2019, p. 112) entende que “as técnicas da objetividade acabam servindo como camuflagem para a circulação de discursos hegemônicos”, que perpetuam as relações de poder.

A exigência metodológica para a cobertura isenta dos fatos, presente no pressuposto da objetividade, encobre ainda a complexidade dos contextos, de acordo com Medina. A considerada pela autora “ilusão de ótica objetivista”, e sua dicotomia sujeito-objeto, impossibilita a relação sujeito-sujeito, essencial para que se descubra as forças do processo social em prol de uma narrativa contemporânea, que privilegie a polissemia e a polifonia do presente (GUSTAFSON, 2019, p. 112 - 113)

Sandra Chaher e Sonia Santoro (2007, p.128) apontam o desinteresse, a falta de capacitação de jornalistas de responsabilidade de editores e editoras, na ânsia midiática de responder à agenda pública, como fatores para as negligências da mídia convencional. Ademais, elas ressaltam a problemática de que “as escolas e universidades de jornalismo não preparam as e os futuros jornalistas e comunicadores/as para tratar gênero. A perspectiva de gênero começa mais recentemente a ser incluída na grade dos cursos de graduação; como é o caso da disciplina de “Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero”, na Universidade Federal de Santa Catarina, e da optativa em processo de inclusão “Jornalismo e Gênero”, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Ao entender a complexidade de camadas ocultas pela objetividade é possível considerar a potência de uma subjetividade comprometida no jornalismo e a perspectiva



de gênero, como uma busca pelo não apagamento de mulheres, principalmente de mulheres não brancas, que são historicamente situadas às margens da sociedade. Falar sobre mulheres indígenas, ribeirinhas, pantaneiras, negras, militantes, é falar sobre pessoas que são excluídas dos holofotes midiáticos. Falar sobre mulheres cientistas é falar seus nomes e mostrar que nós também podemos ocupar espaços na academia e na pesquisa. Falar sobre mulheres mães é desmistificar a maternidade como algo biológico apenas e entender as complexidades e a sobrecarga imposta para se tornarem mães e também desempenhar esse papel. Falar sobre aborto, por exemplo, é defender a saúde pública e a vida de quem muitas vezes acaba morta querendo viver. Falar sobre feminicídio é falar sobre toda uma sociedade que autoriza o assassinato de mulheres. E são os veículos independentes com perspectiva de gênero que escutam essas histórias, assim como salienta Jessica Gustafson (2019, p. 122) “a omissão das pautas abordadas na imprensa feminista pela mídia tradicional demarca a importância da existência destas publicações” e cria-se a necessidade de reinventar o jornalismo (FÍGARO, 2018).

MÍDIA LIVRE E ATIVISTA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os caminhos abertos e trilhados pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), principalmente a internet, criam novas camadas para o complexo sistema midiático mundial. A partir dessas novas ferramentas tecnológicas, novos modos de fazer jornalismo, ser jornalista e produzir conteúdo são oportunizados, e encontramos as possibilidades da perspectiva de gênero, sem as amarras das mídias tradicionais.

Roseli Fígaro (2018) entende que essas práticas jornalísticas em rede respondem, de certa forma, à desvalorização do fazer jornalístico, que se deu com as demissões em massa; também com o fim da exigência do diploma profissional no Brasil, em 2009, além da precarização dos contratos de trabalho.

O crescimento dos chamados arranjos jornalísticos está ancorado na situação política do país e no aparato tecnológico móvel com os recursos de Internet e de aplicativos incrementados pelos telefones celulares. Se, de um lado, temos as tecnologias e o movimento social, por outro, no entanto, temos a crise do modelo de empresa jornalística tradicional (FÍGARO, 2018, p. 145).



Esses veículos independentes visam outras possibilidades de narrativas que sejam descentralizadas e plurais, de maneira que o fluxo multidirecional do ciberespaço garanta uma comunicação horizontal, na qual o público é receptor e emissor. Dentro dessa proposta plural e contra hegemônica está o midialivrisimo, que transforma as ferramentas digitais em espaços para debates públicos e faz com que “as causas se transformem em pauta e vice-versa”, destaca Ivana Bentes (2015, p. 18). Nessa esteira, o jornalismo se une ao ativismo para mobilizar a esfera social, e há a busca por um jornalismo participativo, que faça o “resgate da construção da opinião pública para trazer, em parte, a representatividade do público-alvo” (SANTOS, 2020, p. 80).

Em sua tese de mestrado, Letícia Ávila dos Santos (2020) traça caminhos para a compreensão do midialivrisimo como uma produção contra-hegemônica e que abre espaços para movimentos sociais como o feminismo atuarem em rede, o que caracteriza uma prática ciberfeminista. Para Donna Haraway (2019), o ciberfeminismo permite a visualização do movimento feminista em um viés pluralizado e cria possibilidades de ativismo político nos meios de comunicação. Na visão de Ivana Bentes (2015) as narrativas em rede vão além de possibilidades de diálogos nos ambientes virtuais, mas atuam também como campos de disputa e de opressão.

Enquanto o midialivrisimo traz no horizonte a democratização da comunicação, outro conceito deste escopo, o midiativismo, tem em seu cerne conceitual a simbiose entre o registro midiático e o ativismo, no qual a Web surge como parte desse processo, mas esse tipo de manifestação online não é suficiente. “Midiativismo para nós, afinal, se claro não ficou, é rua, é chão, é corpo a corpo” (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, p. 40).

Essa prática midiativista, da mídia como movimento, e a linha tênue entre jornalismo e ativismo proporciona uma aproximação das jornalistas com movimentos sociais, dentre eles o movimento feminista. Roseli Fígaro (2018, p. 186) pontua que “muitas dessas novas iniciativas jornalísticas, onde elas têm dianteira, são responsáveis por pautar e discutir os temas relativos a feminismo e gênero”. Em seu trabalho de mestrado, Jessica Gustafson (2019) analisa nove mídias independentes com perspectiva de gênero, sendo elas: Portal Catarinas; AzMina; Think Olga; Cientista que virou mãe;



Lado M; Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta; Gênero e Número; Nós, Mulheres da Periferia; Revista Capitolina.

A primeira constatação feita ao entrar na maioria dos sites foi de que as abordagens sobre as assimetrias de gênero consideram outros marcadores sociais, demonstrando a presença da perspectiva feminista interseccional. Esta característica parece indicar a tentativa de ruptura com os sentidos produzidos pela mídia tradicional, que ainda aborda as temáticas que envolvem as mulheres de maneira essencializada, privilegiando as vozes de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais” (GUSTAFSON, 2019, p. 129).

Além disso, a pesquisadora foca sua tese na atuação do Portal Catarinas⁶ e, em entrevistas, as participantes do veículo afirmaram que sentiram reflexo do trabalho delas na mídia tradicional de Florianópolis. Uma das entrevistadas, por exemplo, acredita que o processo de legitimação de fontes oficiais precisa ser questionado:

Mas assim, eu deslegitimo como contraditório a fala de um padre. Ele não tem legitimidade para mim, a mesma legitimidade que ele tem lá nos jornais da mídia tradicional e eu acho que aí entra a perspectiva de gênero, isso é a perspectiva de gênero, é tu deslegitimar certas fontes que para a mídia tradicional são muito importantes (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018, in GUSTAFSON, 2019, p. 199).

Outro aspecto importante destacado por Jessica Gustafson (2019) é o cuidado com as fontes, pensando na segurança das pessoas envolvidas na reportagem, o que dialoga com o capítulo dois, artigo 6, parágrafo VI do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o qual afirma ser dever dos e das profissionais “não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha”. Ao estudar o Portal Catarinas, Jessica Gustafson (2019, p. 219) relata que “a atuação muitas vezes extrapola a simples relação entre jornalista e fonte, o que considero também ser uma marca da imbricação entre o jornalismo com as práticas do ativismo, principalmente do movimento feminista”.

Letícia Ávila dos Santos (2020, p. 82) afirma que “quando se trata de midialivrismo, a democratização jornalística faz-se evidente justamente no livre acesso das informações na internet”. Ao analisar sete reportagens da Revista AzMina, Letícia Ávila dos Santos (2020, p. 154) pode perceber que “utilizando *hashtags*, posts e compartilhamentos,

⁶Veículo independente de jornalismo especializado em gênero, feminismo e direitos humanos, localizado em Florianópolis, Santa Catarina. Atua desde 2016 no site <https://catarinas.info/> e em outras plataformas digitais como o Instagram ([@portalcatarinas](https://www.instagram.com/portalcatarinas)). Acesso em 13 de junho de 2022.



questionam desigualdades de gênero, não apenas debatendo temáticas como também propondo mudanças sociais”. Ela afirma:

Identificamos a Revista AzMina enquanto jornalismo com perspectiva de gênero ao produzir conteúdos híbridos de jornalismo e feminismo e posicionar-se sobre as temáticas, como violência contra a mulher, autonomia sexual e reprodutiva, racismo, LGBTfobia, machismo e empoderamento feminino. Diferem-se do jornalismo tradicional ao atuarem enquanto mídia ativista, demarcando posicionamentos e produzindo conteúdos declaradamente parciais (SANTOS, 2020, p. 156).

Além disso, a iniciativa prioriza fontes mulheres, dando espaço também para fontes cidadãs e não convencionais, o que faz com que os diálogos não se concentrem apenas no âmbito institucional das pautas, mas também tenham ganho humano e subjetivo. “Assim, a Revista AzMina insere-se como jornalismo com perspectiva de gênero ao deslocar perspectivas hegemônicas para construir outras formas de entender e explicar temáticas sociais” (SANTOS, 2020, p. 158). A autora continua:

Destacamos a necessidade de entender as questões de gênero e interseccionais dentro do jornalismo, por enxergarmos que não são tangenciais, mas poderosos eixos de mudanças sociais. Visibilizar lutas de mulheres em suas variadas identidades sociais é parte de um processo de transformação. O jornalismo, ao fazê-lo, pode inclusive questionar suas próprias relações de poder e de desigualdade de gênero (SANTOS, 2020 p. 160).

Dessa forma, o jornalismo necessita antes compreender o significado do conceito de gênero e desse entendimento, considerar os elementos nele envolvidos, trazendo para os argumentos de suas notícias a amplitude que envolve cada evento social, tendo como compromisso os sujeitos envolvidos.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO EM CASOS DE FEMINICÍDIOS

Ao falar da perspectiva de gênero é urgente entender a práxis jornalística como instrumento de reiteração ou de ruptura das violências sofridas pelas mulheres. A cobertura jornalística de casos de feminicídios, por exemplo, é um indicador da atenção e cuidado necessários ao noticiar os crimes. Conforme Débora Prado e Marisa Sanematsu no dossiê “Feminicídio: #InvisibilidadeMata”, realizado em 2017 pelo Instituto Patrícia Galvão, esse tipo de assassinato se dá como:

o desfecho de um histórico de violências, sendo considerado uma morte evitável - ou seja - que não aconteceria sem a convivência institucional e social



às discriminações e violências contra as mulheres que se perpetuam até o extremo da letalidade. O Estado, por ação ou omissão, compactua com a perpetuação destas mortes (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 7).

Ao tratar de informações a respeito de feminicídios de mulheres, jornalistas precisam se questionar como e por que mulheres morrem e porque mulheres negras morrem mais (PRADO; SANEMATSU, 2017), isso é determinante para a compreensão e aplicação de uma perspectiva de gênero. Além disso, o dossiê defende ainda a necessidade de nomear esses assassinatos como feminicídios, reconhecendo a dimensão dessa cultura de matar mulheres e desnaturalizar essa prática. Para Naiara Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021, p. 30) “quando uma mulher é assassinada e se diz do crime que ela apenas morreu, como quem morre de doença ou acidente, nega-se a ela até a sua história de morte”.

As autoras debatem sobre o uso da voz passiva em matérias jornalísticas que falem sobre esse tipo de crime, de forma que o recurso desta língua portuguesa cria uma espécie de suspense e promove a vítima à posição de sujeito da ação (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021). Isso faz com que a mulher assassinada, colocada nesse local, de forma consciente ou não, passa a ser a protagonista da ação, como se a culpa de ser morta fosse dela:

Dona Pragmática ainda explica: na frase ‘Maria foi estuprada por João’, fala-se de Maria. João desapareceu da frase. Como você pode perceber, não é só ordem inversa, não. Tem muito mais coisa envolvida no rearranjo pragmático. E é para isso que serve a voz passiva: para ocultar o agente da frase. Para ocultar responsabilidades (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021, p. 56).

A partir de análises realizadas por Naiara Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021), as jornalistas perceberam que a ausência do feminicida como sujeito da ação é apenas uma das ausências constatadas. Em muitos casos, o nome do assassino não aparece no título, quase em uma busca de preservar sua identidade (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021) mesmo quando a prisão foi em flagrante, quando é réu confesso ou quando já há uma denúncia formal de que ele está sendo investigado, o que não configura uma violação da presunção da inocência prevista no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal de 1988. Informar o nome e sua participação, para Naiara Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021) é apenas a forma básica de funcionamento do jornalismo: noticiar os fatos.

Além disso, Naiara Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021) ressaltam a importância de se utilizar o verbo matar de forma a sinalizar que “João matou Maria”, por exemplo, e



não expressões como “Maria foi morta”, “Maria foi encontrada morta” ou “Maria morreu”. Conforme as autoras, a construção narrativa precisa acontecer de maneira a responsabilizar o feminicida por seu ato:

A responsabilidade é do agressor. A culpa pela morte de uma mulher por feminicídio é, em primeiro lugar, do seu assassino. Em seguida, do Estado que não conseguiu proteger aquela mulher, mesmo quando há medidas protetivas e Boletins de Ocorrência.

Finalmente, e o mais importante: da sociedade que ainda não olha para a violência de gênero como parte de uma cultura patriarcal e misógina. Em geral, a sociedade ainda acredita que o corpo e a vida de uma mulher não pertencem a ela mesma, mas a outros, especialmente ao homem com quem tem ou teve um relacionamento afetivo (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021 p. 102).

Entender esse cenário é parte do processo de formação de consciência a respeito da prática jornalística e de suas dimensões. Sair da enraizada objetividade e a defesa rigorosa de que o jornalismo conta uma verdade única e se configura em um espelho da realidade é a possibilidade de ver jornalistas como mais do que apenas mecanismos de uma comunicação e romper com o “entendimento simplista e redutor do seu papel, que se opõe ao entendimento do jornalista [e da jornalista] enquanto agente ativo [e ativa] na construção social da realidade” (GUSTAFSON, 2019, p. 87). Assim, além de uma instituição que visa informar a sociedade, o jornalismo atua também como importante fonte de formação de consciência, personalidade e ideais, sendo, então, muito mais do que um espelho, e sim um construtor.

MAPEAMENTO DE INICIATIVAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Como parte da pesquisa da iniciação científica, na tentativa de levantar as iniciativas que apostam na perspectiva de gênero, realizei uma busca, a partir Mapa do Jornalismo Independente, realizado pela Agência Pública. O Mapa do Jornalismo Independente é um banco de dados colaborativo, armazenado no site da Agência Pública em que a própria agência adiciona à lista iniciativas consideradas de jornalismo independente. Além disso, por ser colaborativo, pessoas que acessarem o Mapa também podem indicar iniciativas que se enquadram no perfil do mapeamento.

Na minha procura pelas iniciativas do Mapa que se auto denominavam ou poderiam ser caracterizadas como jornalismo com perspectiva de gênero, entrei na página de cada



uma das iniciativas listadas no Mapa e, uma a uma, olhei os sites, os conteúdos publicados e as informações sobre elas. Pude localizar 18 iniciativas que se enquadram no perfil e, além dessas, inclui mais quatro veículos que surgiram no estado de Mato Grosso do Sul, que não estão listados no mapeamento da Pública, mas se mostraram pertinentes para o recorte regional da pesquisa. Para melhor visualização, foi elaborado um quadro com as informações disponíveis nos portais e/ou redes sociais e com dados que pude observar durante o processo, mais especificamente no mês de junho de 2022.

Veículo	Criação	Principais Pautas	Autodefinição	Modelo de negócios	Observação
AzMina azmina.com.br/	2015	Aborto, amor romântico, sexo, sexualidade, violência de gênero	“Sim, nós somos feministas. Na verdade, achamos que todas as organizações e veículos jornalísticos deveriam ser feministas. Porque ser feminista quer dizer que acreditamos que homens e mulheres devem ter direitos e oportunidades iguais. (...)”	“Crowdfunding, doação de Pessoas Jurídicas, oficinas e eventos beneficentes”. Parcerias.	
BlogueiraNegras http://blogueirasnegras.org/	2012	Histórias de pessoas negras, assassinato de pessoas negras, ancestralidade, literatura, aborto, educação, afetos	“Somos mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com histórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria história e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência.. [...] Como espaço de discussão, festejaremos nossa afroascendência. Ressignificaremos o	Conteúdo colaborativo. Sistema de assinaturas.	



			universo feminino afrocentrado através do registro nossas histórias, nossas teorias e sentimentos. Escrevendo, gravando e produzindo, construindo nossa própria identidade como mulheres negras e afrodescendentes (...)”		
Think Olga thinkolga.com	2013	Mulheres em tempos de pandemia, campanha contra o assédio sexual em espaços públicos.	“Think Eva e a Think Olga são duas organizações irmãs que compartilham uma mesma missão: sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e intersecções, além de educar e instrumentalizar pessoas que se identifiquem como agentes de mudança na vida das mulheres. [...] É uma ONG que atua junto à sociedade civil...”	Crowdfunding e doação de pessoas jurídicas. Parcerias e fundos de financiamento.	
Portal Catarinas https://catarinas.info/	2016	Contra a violência de gênero, histórias de mulheres diversas, direitos das mulheres, cobertura de manifestações.	“Catarinas é um portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos. Buscamos articular o engajamento feminista na construção de narrativas jornalísticas”	Financiamento coletivo na internet e sistema de assinaturas. Parcerias.	
Cientista que virou mãe cientistaqueviroumae.com.br/	2010	Empoderamento feminino, maternidade, saúde das mulheres e das crianças, impactos da	“Informação independente pelas mulheres e pela infância. Maternidade, infância e empoderamento feminino”.	Financiamento coletivo de todos os textos, de forma que ao atingir o valor mínimo estipulado, o texto	



		violência sobre a saúde e educação sem violência.		se torna disponível para leitura online.	
Frida Diria @fridadiria	2015	Saúde de mulheres	“Um diálogo com diferentes gêneros, raças e padrões para gerar conteúdo e empoderamento”	Não se mantém	Redes não atualizadas desde 2016, mas mantém acervo.
Gênero e número https://www.generonumero.media/		Aborto legal; direitos reprodutivos; histórias de mulheres negras	“A Gênero e Número é uma empresa social que produz e distribui jornalismo orientado por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. A partir de linguagem gráfica, conteúdo audiovisual, pesquisas, relatórios e reportagens multimídia alcançamos e informamos uma audiência interessada no assunto.”	Financiamento de organização internacional.	
Geledés Instituto da Mulher Negra https://www.geledes.org.br/	1988	Tradições de religiões de matriz africana, educação, direitos humanos	“Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira”	Parcerias/ organização da sociedade civil.	Não é nativa digital.
Lado M	2014	Resenhas de livros escritos por mulheres,	“O Lado M é um portal sobre empoderamento e protagonismo feminino.	Conteúdo colaborativo.	



medium.com /lado-m		violência de gênero	Através de reportagens e conteúdos autorais, nós criamos um ambiente de aprendizado, reflexão e debate sobre tabus e questões femininas da atualidade”.		
Mães de peito www.maesdepeito.com.br/		Saúde das mulheres e das crianças, maternidade afetiva, parto respeitoso, criação com apego, direito das mulheres.	“O site da jornalista Giovanna Balogh traz informações sobre maternidade ativa, parto respeitoso, amamentação, criação com apego e direitos das mulheres. O portal é focado na primeira infância e busca disseminar informação de qualidade”.	“Com o apoio de pequenas empreendedoras que fazem anúncios no site. O site não faz posts patrocinados”.	Venda de produtos.
Mamilos www.b9.com.br/shows/mamilos/	2014	Análise de séries, assuntos que relacionam mulheres e política, empreendedorismo, cultura, questões que desmistificam a beleza, educação, violência contra a mulher.	“O Mamilos - Diálogos de peito aberto, é um podcast semanal que busca nas redes sociais os temas mais debatidos (polêmicos) e traz para mesa um aprofundamento do assunto com empatia, respeito, bom humor e tolerância. Apresentamos os diversos argumentos e visões para que os ouvintes formem opinião com mais embasamento.”	Publicidade principalmente. Assinaturas e doações.	Não é explícito na perspectiva de gênero, mas traz a preocupação.
Maria Pauteira @mariapauteira	Sem informação exata, mas em 2015 já existia	Direitos das mulheres, cobertura de eventos.	“Jornalismo, direitos humanos e cidadania. Feito por jornalistas profissionais independentes no Paraná.”	Apoio de pessoas voluntárias.	Redes não atualizadas desde 2018.
Mulher no Cinema	2015	Mulheres diretoras de	“Divulga e discute o trabalho das profissionais	Doações e publicidade.	



mulhernocinema.com/		cinema, atrizes de cinema, protagonismo feminino no audiovisual	da indústria cinematográfica, publicando entrevistas, vídeos, críticas e pesquisas, além de reunir as principais notícias sobre o assunto. O objetivo é tanto dar espaço às mulheres que fazem cinema quanto colocar o público em contato com o trabalho delas”		
Nós, mulheres da periferia nosmulheresdaperiferia.com.br/	2014	Análises da sociedade em torno de mulheres; pautas que perpassam a vida de mulheres negras	“O Nós, mulheres da periferia é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patricarcal”.	Editais de fomento.	
Revista Geni revistageni.org/	2013	Corpo, sexualidade, mulheres, velhice, consciência negra, parentalidade	“Geni é uma revista independente, on-line e mensal sobre gênero, sexualidade e temas afins. Ela é pensada e editada por um coletivo de jornalistas, acadêmicxs, pesquisadorxs, artistas e militantes. Geni nasce do compromisso com valores libertários e com a luta pela igualdade e pela diferença”	Não se mantém.	Parou de circular em 2016, mas ainda mantém todo o acervo disponível no site.



Pimentaria @pimentaria	2013	Sexo e comportamento	“O Pimentaria é uma marca especializada em conteúdo sobre sexualidade. Um conteúdo sem bláblábláa acadêmico indecifrável nem achismos de quem apenas gosta / faz sexo”	Por meio de publicidade e patrocínios.	
Revista Capitolina www.revista-capitolina.com.br/	2014	Protagonismo da juventude, poder das garotas	“A Capitolina é uma revista online independente para garotas adolescentes. Criada por jovens que sentiram falta de ter suas experiências representadas na mídia para este público, a revista tem a intenção de criar um diálogo honesto com as leitoras, sendo acessível e interessante de forma inclusiva, sem restrições de classe social, raça, orientação sexual, aparência física, identidade de gênero ou qualquer outra forma de interesse (...)”	Não se mantém.	Redes não atualizadas desde 2021
Revista DR revistadr.com.br/	2015	Subjetividades, política, ‘bruxaria’, ancestralidade	“DR é uma revista de política e de cultura feita por mulheres. Surgiu da dificuldade de discutir política com homens e do desejo de conversar sem colocar o pau na mesa.”	Não se mantém.	Site com edições até 2020.
LesbÔ @revistalesbo	2020	Saúde da mulher lésbica, relatos de mulheres lésbicas	“A Revista LesbÔ é um veículo de comunicação criado visando amplificar vozes e dar visibilidade, ampliar acessos e trazer informações pouco tratadas nos meios de	Totalmente voluntariado.	Criada no MS. Última publicação feita em junho de 2021



			comunicação de massa de maneira consistente e educativa, impulsionando uma ressignificação do papel feminino. Jornalismo feminista de perspectiva lésbica, desmistificando tabus, credos e tantos que diminuem a figura da mulher.”		
Revista 180 @revista180	2020	Sexualidade, aborto, política, representatividade	“A 180 (um oito zero) é uma revista independente que produz conteúdo jornalístico crítico sob a ótica de gênero”	Totalmente voluntariado	Criada no MS. Última publicação feita em novembro de 2021
Torna-se podcast @tornasepodcast	2020	Sexualidade, relação com o próprio corpo, cultura POP	“Um podcast para se falar sobre o que é ser mulher na prática, de acordo com as vivências de cada convidada e também da anfitriã, Gia Martini”	Voluntariado	Criado no MS. Último episódio publicado em fevereiro de 2022
Revista Empodere @revistaempodere	2018	Feminismos plurais, busca por igualdade de gênero e superação de diversas formas de violência	“Revista #feminista 100% colaborativa e independente.”	Colaborações. Doações e publicidades/permuta.	Criada no MS. Instagram ativo, mas a última edição da revista saiu em julho de 2021

Tabela 1: Levantamento de iniciativas independentes com perspectiva de gênero.

Neste primeiro levantamento foi possível identificar a predominância das nativas digitais; apenas uma das mídias, a Geledés, surge antes das redes de computadores, e pode se amplificar com a internet. Também, pela autodefinição, é importante notar a perspectiva de gênero declarada, ainda que com outras palavras como “feminista”, “questões de gênero e intersecções”, “protagonismo feminino”, ressaltando ainda o “ser



mulher” e suas tantas localidades sociais. As pautas que priorizam as condições das mulheres e os direitos humanos também são evidentes.

Os modelos de negócios se apresentam como um desafio: das 22 iniciativas listadas, pelo menos oito são predominantemente voluntárias, se pautando em colaborações ou mesmo não conseguindo se manter em atividade regular, o caso de seis delas. Outras duas que constavam no Mapa – Nós.2 e Las Abuelitas - não foram localizadas na internet e optei por excluí-las. Essa realidade exemplifica o pensamento de Roseli Fígaro (2018, p. 153).

há um sentido de engajamento enunciado na perspectiva de “fazer o que se acredita” em termos jornalísticos. A noção de pertencimento a um projeto próprio faz o trabalho, ainda que intensivo e mal remunerado, ser entendido na chave da satisfação e de recompensas simbólicas, motiva o ingresso e permanência no arranjo.

Essas dificuldades de se consolidarem como mídias são evidentes nas iniciativas regionais que estão no foco da pesquisa: as revistas LesbÔ, 180 e Empodere e o podcast Torna-se, nas quais todo o trabalho é feito de forma voluntária, o que significa que as pessoas envolvidas também estão trabalhando em outros lugares para conseguirem se sustentar. Outra questão comum entre as iniciativas é que das quatro, apenas uma ainda segue em funcionamento constante, ao menos nas redes sociais, que é a Revista Empodere, e mas há última edição publicada foi em 2021. Isso evidencia a dificuldade de se fazer jornalismo independente e conciliá-lo com outra rotina de trabalho e afazeres.

Todas as iniciativas foram fundadas por mulheres e se enquadram no perfil midiativista, pois usam da mídia e do jornalismo como uma forma de ativismo e de manifestação. Assim, além de serem portais informativos, também atuam criando espaços de representatividade e resistência. Além disso, também são caracterizados na perspectiva de gênero não apenas por suas abordagens e olhar atento para as interseccionalidades e opressões que as mulheres sofrem, mas começando pela autodefinição proposta pelas idealizadoras, de forma que a palavras “feminismo”, “gênero”, “mulher” e “feminista” estão presentes.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS



Na realidade brasileira o jornalismo com perspectiva de gênero tem trazido à cena sujeitos sociais em suas múltiplas pautas, atribuindo visibilidade para as mesmas e provocando a resolução dos dilemas que historicamente provocaram, sem, no entanto, serem considerados como temas de importância para a imprensa. As pautas do movimento feminista, por exemplo, trazidas para a linguagem jornalísticas em abordagens com perspectiva de gênero, contra a opressão e a violência feminina, tema que tem alcançado visibilidade no trato da mídia independente, provocando os meios de comunicação tradicionais a também abordarem o assunto. Nasce, assim, uma força comunicativa que se move para o constrangimento do Estado brasileiro, para que ele assuma a resolução do problema e atue implementando políticas públicas para uma mudança de consciência e cultura na sociedade brasileira.

Adotar a linguagem de gênero nas produções jornalísticas implica em múltiplos resultados sociais: primeiro, pautar a existência enraizada do machismo histórico, que se lançou sobre as mulheres, oprimindo e matando; segundo, reconhecer a luta e o protagonismo das mulheres, a vencer o peso da subalternidade social. Nesse sentido, o jornalismo tem meios para publicizar esses elementos, podendo trazer à cena questionamentos sobre condutas cristalizadas, levando a novas concepções sociais.

As iniciativas digitais que levantamos no mapeamento inicial se mostram como espaços importantes para prática do jornalismo com perspectiva de gênero e se aproximam da proposta do midiativismo. Ainda há muito a se aperfeiçoar neste mapeamento, inclusive ampliando o número a partir de busca ativa nas redes sociais e analisando o conteúdo produzido.

Enfim, gênero não é somente uma palavra que tomou conta dos discursos sociais, alguns enviesados pelo desconhecimento do sentido da mesma. É um conceito que nele contém múltiplos sentidos sobre a construção das relações sociais entre as pessoas em sociedade, e de como em tais construções foram e são negligenciadas, cabendo ao jornalismo, mais que tudo, a responsabilidade em considerar seu significado. Entender a linguagem como potente transformadora social e criadora de diálogos é também entender como ela atua normalizando absurdos e fomentando exclusões sociais. Por isso, o jornalismo com perspectiva de gênero se torna um expressivo fio condutor para que a



comunicação seja de fato democrática, pois quando há na produção jornalística apagamentos, silenciamentos e reproduções de violências, então ela não está respeitando nem os direitos humanos, nem o código de ética da profissão e muito menos a democracia que tanto defende. O jornalismo com perspectiva de gênero se configura, então, em uma revolução.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. *O mapa do jornalismo independente*. Disponível em <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 21 de dez. 2023.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BENTES, Ivana. *Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Tulio. “O que é midiativismo? Uma proposta conceitual”. In: BRAIGHI, Antônio Augustyto; LESSA, Cláudio Humberto; CÂMARA, Marco Túlio (Orgs.). *Interfaces do midiativismo: do conceito à prática*. – Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. (pp. 25-42)

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo, Introducción a un periodismo con perspectiva de género*. - 1a ed. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

FIGARO, Roseli (Org.). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. São Paulo: Eca – USP, 2018.



GUSTAFSON, Jessica. *Jornalistas e feministas - a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo*. Série Jornalismo a Rigor. V. 14. Florianópolis: Insular, 2019.

HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX.*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (pp. 157-212).

VEIGA DA SILVA, Márcia; MORAES, Fabiana. *A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora*. In: Anais do 28º encontro anual da Compós, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/papers/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero--a-subjetividade-como-estrategia-descolonizadora>. Acesso em: 27 jun. 2022.

OLIVEIRA, Naiara de; RODRIGUES, Vanessa. *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida, a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Drops, 2021.

PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018, in GUSTAFSON, Jessica. *Jornalistas e feministas - a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo*. Série Jornalismo a Rigor. V. 14. Florianópolis: Insular, 2019. (p. 199).

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. Ed. Fundação Rosa Luxemburgo. - São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila. *Midialivrisimo e feminismos: Análise da cobertura jornalística com perspectiva de gênero da revista AzMina*. Tese (Mestrado Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Artes Letras e Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020. Disponível em <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/7584>. Acesso em 15 de dez. 2023.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (pp. 49-82).